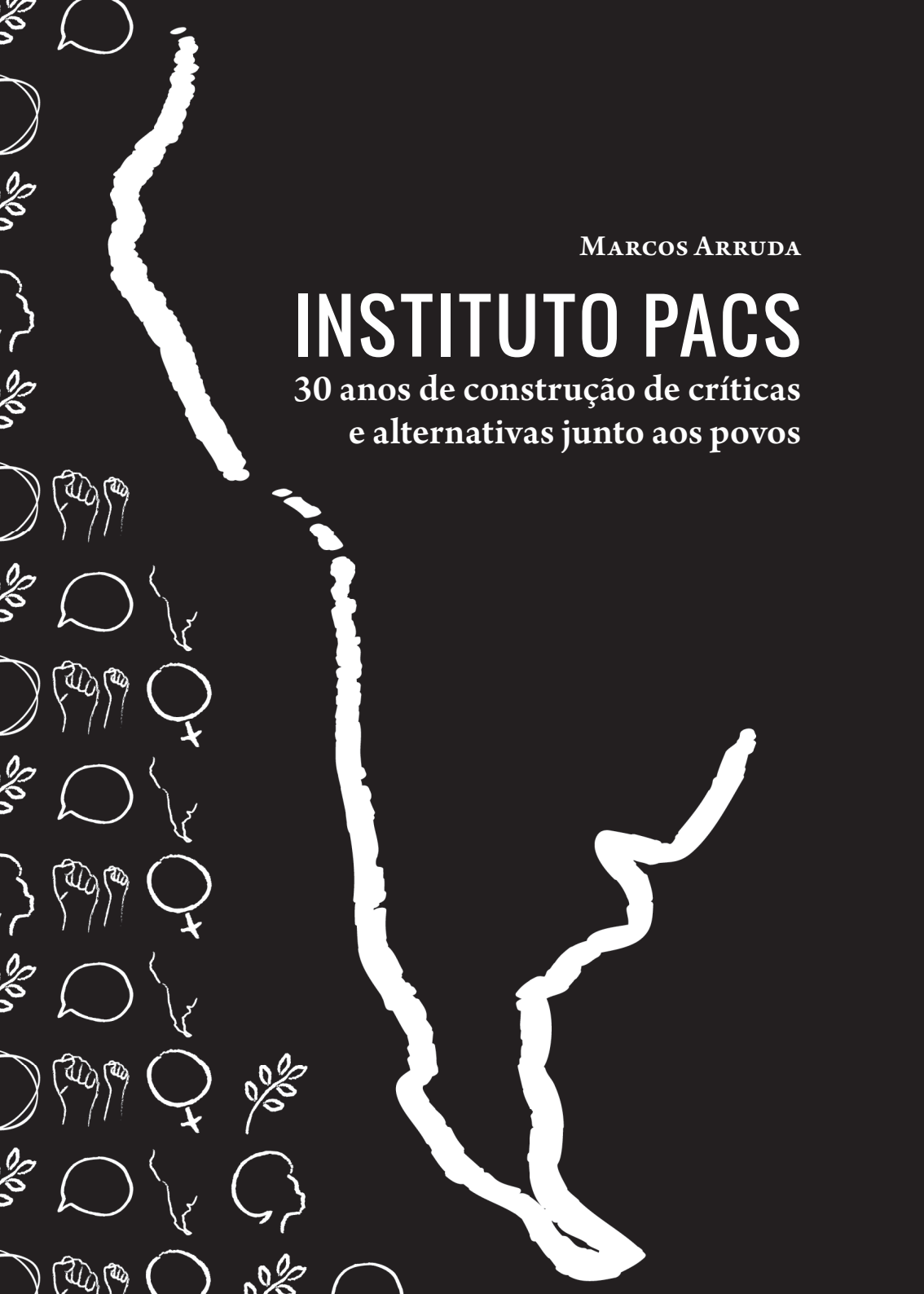




MARCOS ARRUDA

INSTITUTO PACS

30 anos de construção de críticas
e alternativas junto aos povos

MARCOS ARRUDA

INSTITUTO PACS

30 anos de construção de críticas
e alternativas junto aos povos



INSTITUTO PACS, 30 anos de construção de críticas e alternativas junto aos povos

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS

Rua Henrique Valadares, 23, sala 504 - Centro, Rio de Janeiro

Telefone: +55 21 2210-2124

contato@pacs.org.br

www.pacs.org.br

30anos.pacs.org.br

COORDENADORA-GERAL

Sandra Quintela

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Yuri Leonardo

COORDENADORES ADJUNTOS

Gabriel Strautman

Joana Emmerick

TIRAGEM

500 exemplares

TEXTO

Marcos Arruda

APOIO

Fasternopfer

Fundação Rosa Luxemburgo

EDIÇÃO

Sandra Quintela

Thiago Mendes

Iara Moura

AGRADECIMENTO

Equipe Instituto Pacs

FOTOS

Arquivo Instituto Pacs

MARCOS ARRUDA

INSTITUTO PACS

30 anos de construção de críticas
e alternativas junto aos povos

RIO DE JANEIRO

2016

SUMÁRIO

Apresentação	9
A sincronia que permitiu o surgimento do PACS-PRIES CONE SUL	11
Os anos 1980 e os albores da democracia representativa	15
O pioneirismo do PACS-PRIES	17
Pesquisa, educação libertadora e desenvolvimento integral	18
<i>Destaques do período 1986-1990</i>	19
Os anos 1990: combatendo o neoliberalismo e construindo economias solidárias	21
Arrocho e endividamento crítico	22
Desenhando prática e estratégias de desenvolvimento	24
<i>Parâmetros de educação e pesquisa sobre desenvolvimento</i>	25
<i>Destaques dos anos 1990</i>	28
Os anos 2000: avanços e recuos na luta por justiça, desenvolvimento e democracia	33
Auditoria da dívida	35
Ações contra a ALCA e o extrativismo irresponsável	36
Fórum Social Mundial	37
Zona Oeste: Avanços	38
Os anos 2010: PACS ajuda a promover a cidadania ativa nos espaços locais, nacionais e planetário	41
Cidadania ativa	42

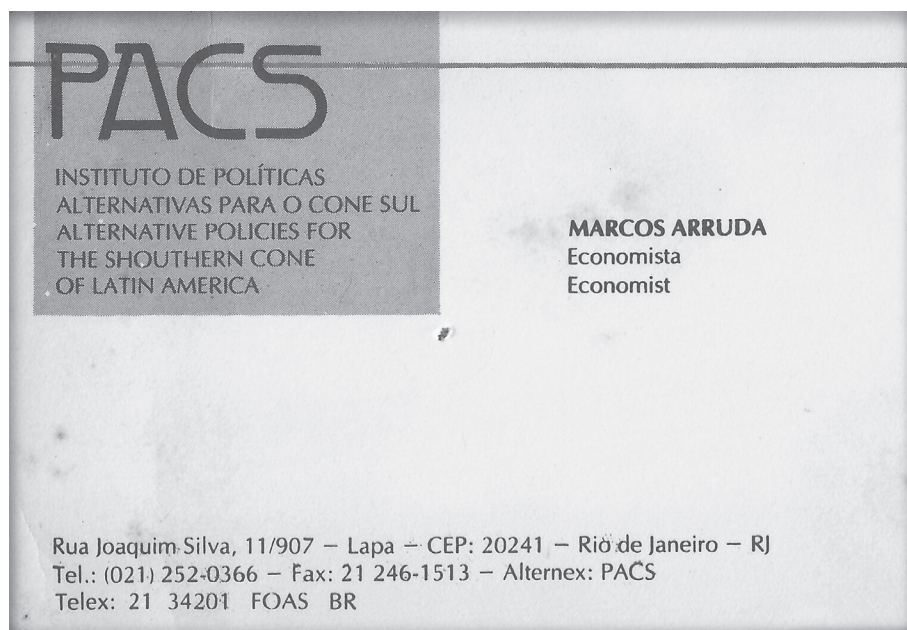
APRESENTAÇÃO

Este livreto comemora os 30 anos de existência do Instituto PACS. Consiste num histórico muito sintético da vida do Instituto, focalizando os momentos que parecem mais relevantes dessa história.

Os detalhes dessas atividades fazem parte dos relatórios anuais, e a discussão conceitual e político-econômica consta das inúmeras publicações, vídeos, programas de rádio e outras formas de comunicação educativa que elaboramos e divulgamos ao longo dessas três décadas. Grande parte desse material está hoje reunido na nossa linha do tempo virtual, no endereço eletrônico (<http://30anos.pacs.org.br/>).

Esta pequena publicação atende a um propósito mais pessoal: homenagear companheiras e companheiros que trabalharam no PACS ao longo destes 30 anos: René Dreifuss, Eliane Macedo e Cristiane Schmidt, três que já partiram da Terra; Ana Izabel Kfuri; Arthur Araújo; Claudia Amorim; Gustavo Dutra; Reinaldo Gonçalves; José Drumond Saraiva; Jussara Mendonça; Robson Patrocínio; Katia Aguiar; Rosana Lobato; Terezinha Pimenta, entre tantas outras pessoas queridas que ajudaram a construir essa história.

Marcos Arruda



O Pacs nasce como o braço brasileiro de um programa regional de pesquisas econômicas e sociais

1. A SINCRONIA QUE PERMITIU O SURGIMENTO DO PACS-PRIES CONE SUL

Surge uma aliança no Cone Sul para apoiar o fortalecimento das classes trabalhadoras por meio de atividades de educação popular e pesquisa socioeconômica.

Em agosto de 1986, Marcos estava concluindo sua participação como membro do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), que Betinho, Carlos Afonso e ele haviam fundado em 1981. Foi quando recebeu a visita de Alberto Sanchez, economista argentino asilado em Paris.

Foram três os sócios-fundadores. Entretanto, Marcos seguiu caminhos que não foram do agrado de seus colegas. Durante seus anos de exílio nos Estados Unidos e na Suíça, ele havia colaborado, e depois trabalhado, como membro do Instituto de Ação Cultural, liderado pelo Professor Paulo Freire. Entre 1975 e 1978, Marcos foi um dos consultores dos governos da Guiné Bissau e do Cabo Verde na construção de uma política de educação de jovens e adultos voltada para um desenvolvimento socioeconômico ancorado na cultura africana e pós-colonial. Também colaborou no mesmo sentido com o Ministério da Educação do governo sandinista da Nicarágua, ao longo da década de 1980.

De volta ao Brasil, não lhe parecia fazer sentido assessorar trabalhadores e suas organizações de classe confinado à atividade de mera partilha de informações. Ele explicava aos companheiros do Ibase que suas idas frequentes a Ipatinga (MG) respondiam a convites da Pastoral Operária e da Oposição Sindical Metalúrgica

da Usiminas, e não eram de iniciativa própria. Estas entidades pediam formação metodológica e político-econômica para a construção de uma política de disputa do sindicato contra os sindicalistas que colaboravam com a ditadura, e mais amplamente, pela hegemonia do projeto de democracia participativa no interior do movimento sindical do Vale do Aço, do qual Ipatinga era o vetor central. Seus colegas do Ibase não viam assim. Marcos ficou em minoria na discussão sobre o sentido histórico do IBASE — pesquisa socioeconômica, informação e educação popular (ou educação libertadora, na expressão de Paulo Freire), ou somente informação? Sentindo uma pressão insuportável, decidiu afastar-se do IBASE.

Alberto veio ao Rio para convidar Marcos a fazer parte de um Programa que viria a chamar-se PRIES — em castelhano, Programa Regional de Investigaciones Económicas y Sociales del Cono Sur — juntamente com ele, Alberto, e mais dois economistas também exilados em Paris: um chileno, Gustavo Marín, e o outro uruguaio, Gustavo Arce. Os três haviam concluído seus doutoramentos e desejavam voltar para seus países para colocar suas competências a serviço dos movimentos populares, da luta pela Democracia e contra as respectivas ditaduras. O caso mais complicado era o de Marín, pois ele era um dos mais visados militantes do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) chileno. Durante os primeiros anos do PRIES, Marín se instalou em Buenos Aires com sua família, e só com o fim da ditadura de Augusto Pinochet pôde voltar a viver no Chile.

— Buscamos também uma entidade em cada país que hospede o Programa. Pensamos que o IBASE seria a melhor opção, disse Alberto.

— Entendo. Mas estou saindo do IBASE. Sugiro que vá conversar com Betinho e Carlos Afonso, e depois consulte seus companheiros em Paris sobre a decisão que desejam tomar, respondeu Marcos.

Depois de algumas horas, Alberto voltou e comunicou a Marcos que os três o escolhiam como companheiro deles no novo programa, e que certamente ele encontraria outra entidade no Rio de Janeiro para dar a cobertura jurídica necessária ao programa. Arthur Araújo, que fazia parte da equipe que trabalhava no Ibase com o Marcos, ainda que sem ter alternativa imediata de trabalho, fez o gesto solidário de sair do IBASE junto com Marcos. Foi o primeiro colaborador do PACS. E a eles logo se juntou Ana Izabel, também egressa do Ibase.

Na época, o IBASE já tinha mais de cinco anos de uso de computadores pessoais (PCs), tendo sido a entidade pioneira (pelo menos no Rio) no uso da informática. Marcos se recorda de computadores com ótimo desempenho, doados pela COBRA, Computadores e Sistemas Brasileiros, empresa nacional de tecnologia de computação, que depois se especializou em computação bancária

a serviço do Banco do Brasil. Marín iniciou uma colaboração com o chileno Fernando Flores, que ajudou o PACS-PRIES/CS a adotar “*El Coordinador*”, que talvez tenha sido o primeiro programa eletrônico de comunicação continental. Antes mesmo de termos programas ágeis de telecomunicação por computador, “O Coordenador” nos permitia enviar por via eletrônica, uns para os outros, textos das pesquisas que estávamos realizando.

Nas conversas iniciais sobre o Programa, tivemos uma discordância sobre o nome a adotar. A solução foi aceitar a diversidade – no Brasil, batizamos o programa com o nome PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, e o identificamos como “parte brasileira do PRIES/CS”. Criamos uma sistemática de trabalho que incluía:

- 1) *entrar em contato com as entidades mais combativas de trabalhadores dos quatro países;*
- 2) *identificar o Poder Político e Econômico como o eixo central dos nossos trabalhos, e contribuir para a construção de formas alternativas de poder, centradas nas mulheres e nos homens que vivem do seu trabalho e não de rendas do capital;*
- 3) *pesquisar os temas de maior significado para as classes trabalhadoras dos nossos países;*
- 4) *oferecer às suas organizações e lideranças, e a outras que com elas colaboravam, como as Pastorais das igrejas cristãs, os resultados dos nossos estudos, na forma de publicações, seminários, cursos, artigos e entrevistas.*

Na busca de uma entidade com pessoa jurídica que nos desse cobertura, fomos calorosamente acolhidos por Waldo César, do CENPLA – Centro de Estudos, Pesquisa e Planejamento. Colaboramos com o CENPLA, e de Waldo recebemos o apoio necessário até o ponto em que pudemos constituir a pessoa jurídica do PACS.

Nossa gratidão se estende também ao pastor Silvío Schneider, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), que prestou um apoio solidário ao PACS desde sua origem. Enfim, expressamos nossa gratidão a Pierre Calame e à sua equipe na Fundação Charles Léopold Meyer para o Progresso Humano (FPH), de Paris, que por duas décadas colaborou com aconselhamento e apoio financeiro ao PACS-PRIES/CS.



Depois dos anos de chumbo, o renascimento dos movimentos sociais deu gás especial aos novos ares de democracia. Na foto de Agnaldo Azevedo, passeata na embaixada estadunidense e praça dos Três Poderes, em Brasília

2. OS ANOS 1980 E OS ALBORES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Na despedida aos anos de chumbo, o PACS esteve à frente da luta por uma Constituição Cidadã, iniciou as assessorias ao movimento sindical, às pastorais e às prefeituras populares. Os primeiros estudos ganharam repercussão e incidência. Destaque também para trabalhos de educação popular, no Brasil e noutras partes da América Latina.

O contexto desses anos de 1986 até 1990, fim da década, foi o do renascimento da liberdade cidadã com o fim da ditadura. Vivemos, então, uma conjuntura muito contraditória. Por um lado, um governo paradoxal, o primeiro governo civil pós-ditadura, mas ao mesmo tempo um governo instalado por eleição indireta e liderado por José Sarney, que até pouco antes era dirigente do partido da ditadura; e tendo como herança dos governos militares uma profunda desigualdade social, uma crise econômica em agravamento, um orçamento profundamente desequilibrado e uma dívida externa impagável, perversa e predatória.

O PACS tem estudado e denunciado a crise da dívida desde 1987. A dívida pública tem gerado uma carência de recursos para os investimentos econômicos e sociais, agravada pela política de arrocho promovida por indução do FMI e do Banco Mundial. Todo programa de ajuste na época visava tornar viável o pagamento em dia dos juros e amortizações da dívida, ferindo gravemente a capacidade do novo governo de investir na economia interna e nas necessidades sociais, longamente desprezadas por empresários, banqueiros e chefes militares no poder do Estado. Garantir a transferência de capitais, via serviço da dívida externa, remessas

de lucros e dividendos e fugas de capitais, para os credores oficiais e privados dos países ricos do Norte continuava sendo a primeira prioridade.

Por outro lado, os movimentos populares estavam em franca ascensão. Eles haviam estado nas ruas e sofrido ondas de repressão por mil causas, e foram determinantes para afastar os militares do poder, se lançaram às ruas para defender melhores condições de vida e direitos cidadãos. Exigiram participação popular na elaboração da Constituição pós-ditadura. A Assembleia Constituinte obteve um grau de participação nunca visto antes, e o PACS, ainda incipiente, atuou como agente de educação popular e difusão da proposta participativa.

Entre 1986 e 1987, o PACS ainda não tinha um escritório próprio. Foi na casa de Marcos que realizamos nossa primeira pesquisa, “Os Grandes Grupos Econômicos e a Terra”, feita com apoio documental do SERPRO-RJ. O relatório e as planilhas foram colocados à disposição do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Este estudo revelou o grau crescente de concentração do controle da terra e dos recursos públicos destinados à agricultura no Brasil; a forte presença na terra dos grupos bancários/financeiros e de empresas nacionais e transnacionais, para aumentar seus lucros seja com a especulação, seja detendo-a como mera reserva de valor. A pesquisa cobriu:

- *a concentração da propriedade da terra por tipo de capital, pelo uso da terra*
- *a presença dos bancos*
- *a presença de empresas transnacionais*
- *a relação entre a concentração da propriedade da terra por empresas e a ditadura.*

Com base nesta pesquisa, o PACS foi convidado para seminários, entrevistas e consultorias, seja pelo MST, seja pela Comissão Pastoral da Terra e até pelo CIMI – Conselho Indigenista Missionário. O estudo foi publicado nas páginas centrais do *Jornal do Commercio*, no Rio, e teve ampla divulgação.

Os anos de colaboração do PACS com as outras equipes do PRIES-CS foram férteis e inovadores. As quatro equipes – Argentina, Brasil, Chile e Uruguai – realizaram pesquisas relevantes sobre temas como o sistema financeiro, o endividamento externo, as privatizações, a indústria bélica e as políticas de integração regional. Firmamos fortes parcerias com entidades como a IECLB, o CONIC e

a CNBB, as pastorais sociais, alguns sindicatos, entidades sindicais, Fundação para o Progresso Humano (França), Trocaire (Irlanda), Sciaf (Escócia), Christian Aid (Inglaterra) e EZE (Alemanha). A partir de 1988, iniciamos a colaboração com algumas prefeituras, sendo as de maior demanda Ipatinga (MG) e Porto Alegre (RS).

O acordo que unia as quatro equipes tinha como fundamentos a dedicação das capacidades profissionais dos seus quadros a serviço dos respectivos movimentos populares, mantendo plena autonomia em relação a partidos, igrejas, Estado e entidades de cooperação internacional. O fato de as outras equipes terem se fundido com partidos nos três outros países levou à quebra da unidade do PRIES-CS, que culminou na separação do PACS em relação às outras, em 1995. Atualmente, apenas o PACS continua atuando, e sua sustentabilidade ao longo do tempo comprova a correção daquele acordo inicial fundado na autonomia, condição da preservação da nossa liberdade de pensamento e ação.

O PIONEIRISMO DO PACS-PRIES

No final dos anos 1980, a discussão sobre a criação do Mercosul era intensa. A postura do PACS-PRIES-CS era de aprofundar a aliança com os sindicatos e aliados no Cone Sul, com vistas a criticar a proposta de uma integração “de mercado”, visando o lucro máximo para as grandes corporações privadas, em particular as transnacionais, e a redução das tarifas de importação sem levar em consideração o tamanho e as necessidades diferentes das economias da região. Percebíamos a importância de um tratado sub-regional, mas insistíamos em que ele tivesse como atores não as empresas, mas os povos do Cone Sul.

A diversidade existente entre os quatro países, mais o Paraguai e talvez a Bolívia, revelava um grande potencial de cooperação na base da complementaridade, e não da competição. A importância geopolítica de um tratado sub-regional tinha a ver com a ampliação do poder econômico e financeiro do bloco frente aos atores mais poderosos – as transnacionais dos países da Comissão Trilateral e seus respectivos governos. Com esta perspectiva, realizamos um Encontro no Uruguai e publicamos em duas línguas um documento dele resultante. E participamos da pressão dos atores sociais dos quatro países, pelas vias então possíveis, no sentido de influir na definição de uma política de integração guiada pelos princípios da soberania das nossas nações, da cooperação com base na proporcionalidade e na complementaridade dos nossos recursos, e da solida-

riedade – os mais fortes, Brasil e Argentina, apoiando os mais débeis, Uruguai e Chile, e outros países mais necessitados da América do Sul. Foi nossa a consigna “Não ao Mercosul, Sim à Integração dos Povos do Cone Sul”.

PESQUISA, EDUCAÇÃO LIBERTADORA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A história do PACS é marcada por seu caráter de associação dedicada à Educação das classes populares, tendo como eixo a construção de práticas e de políticas alternativas às que o sistema do capital oferece.

Desde cedo, colocamos como eixo do trabalho de pesquisa a abordagem holística e dialética da interação entre as dimensões micro (local, comunitária, ecossistêmica), meso (regional, das redes) e macro (nacional, continental e global). Atuamos desde os anos 80 como entidade dedicada à Educação Popular, mesmo quando trabalhamos em assessoria a sindicatos e às escolas da CUT, escolas municipais e universidades - em atividades de extensão - e na edificação de políticas inovadoras de educação junto a governos como o da Nicarágua Sandinista, e o de municípios como Ipatinga e Timóteo, em Minas Gerais e também em atividades de ‘educação para o desenvolvimento’ na Irlanda, em colaboração com Trocaire, na França com CCFD, na Inglaterra com Christian Aid, e na Finlândia com Finnchurchaid.

Ganham relevo para a época as pesquisas de René Dreifuss, sobre o caráter de classe do poder dominante e as estratégias da direita, as mudanças no sistema de poder do capital mundial a partir dos avanços técnicos aplicados à produção, e o papel das Forças Armadas e da inteligência em tempo de pós-ditadura; de Reinaldo Gonçalves, sobre o comércio internacional, o papel do GATT - Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas, e depois da OMC - Organização Mundial do Comércio, as práticas das empresas transnacionais na apropriação de áreas sempre mais amplas dos setores mais dinâmicos da economia; e de José Drumond, sobre a indústria bélicas, a política de privatizações e o movimento sindical.

DESTAQUES DO PERÍODO 1986-1990

- A colaboração com o CEDAC na mobilização de setores populares para elaborar propostas de artigos para a nova Constituição brasileira, promulgada em 1988. Publicação com a FASE de um livreto contendo um breve histórico crítico das Constituições do Brasil.

- A continuidade da colaboração com os sindicalistas e as pastorais sociais de Ipatinga e Timóteo, e do Vale do Aço de Minas Gerais; nossa assessoria se provou valiosa na mudança da correlação de forças na região, com a eleição de ex-membros da Oposição Sindical da Usiminas como deputados estaduais, prefeitos e deputados federais (ver capítulo do livro de Marcos Arruda, “Educação para uma Economia do Amor - Educação da Práxis e Economia Solidária”, 2009). A vitória do Grupo Ferramenta na eleição para a Prefeitura de Ipatinga gerou um novo espectro de possibilidades, e o PACS foi convidado a assessorar o governo municipal na área de educação escolar e de jovens e adultos, no planejamento do desenvolvimento e na avaliação da dinâmica do Conselho Municipal do Orçamento Participativo.

- Início de um prolongado programa de assessoria ao Instituto Cajamar na formação político-econômica de líderes sindicais e nos desafios da democracia nos movimentos sociais.

- A produção de documentos resultantes das pesquisas em colaboração com as outras equipes do PACS-PRIES/CS, sobre temas de interesse comum ao Cone Sul, tais como a estrutura de poder dos sistemas financeiros dos quatro países, a crise do endividamento e os programas de ajuste estrutural incentivados pelo FMI e Banco Mundial, e a política de privatizações sob o pretexto de liquidar a dívida pública.

- A assessoria à OAB nacional, à CNBB e ao CONIC sobre o endividamento externo, seus fatores e consequências socioeconômicas. Isto incluiu viagens a Brasília, à Suíça, a convite do Conselho Mundial de Igrejas, e à Alemanha, com um grupo de bispos das igrejas Católica e Protestantes para dialogar sobre a dívida brasileira com a Igreja Luterana alemã e com autoridades do governo alemão.

- O trabalho de educação popular junto à Escola Sul da CUT, a CUT-RS, a alguns sindicatos como metalúrgicos e bancários, à Pastoral Operária nacional, e o Instituto Cajamar.



Em tempos de grande arrocho fiscal, o Pacs buscou construir alternativas por meio de frentes como a socioeconomia solidária

3.

OS ANOS 1990: COMBATENDO O NEOLIBERALISMO E CONSTRUINDO ECONOMIAS SOLIDÁRIAS

Diante do início do ciclo neoliberal e da queda do muro de Berlim, PACS aposta no fortalecimento da organização solidária e cooperativa de trabalhadores e trabalhadoras. Período marca o trabalho específico com mulheres.

No Brasil, esta década deu continuidade à maré neoliberal que se ampliava no continente desde a década de 1980, “a década perdida do desenvolvimento”. As ditaduras que dominaram a América Latina e o Caribe durante os anos 1980 entraram em colapso e foram substituídas por regimes civis, alguns deles com forte apelo popular. Mas predominaram as ‘reformas’ neoliberais, que abriam ainda mais as veias abertas da América Latina ao capital transnacional e à ganância das grandes corporações nacionais, incluindo as empreiteiras, as empresas ligadas às cadeias produtivas dominadas pelo capital estrangeiro. Setores estratégicos que haviam sido concentrados e fortalecidos pelo controle estatal, para garantir a infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico próprio do Brasil foram sendo desmontados, sobretudo a partir de 1994, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O saneamento monetário realizado pelo Plano Real trouxe relativa estabilidade à economia, mas a dívida pública continuou tendo um papel dominante da formulação das políticas orçamentárias e fiscais, e terminou justificando o mais desastroso projeto de privatizações que o Brasil já sofreu.

Combinando três estratégias de ação...

- 1) *Crítica e denúncia dos fatores de desigualdade, opressão e alienação;*
- 2) *Ações de Incidência sobre os centros de poder;*
- 3) *Inovações no campo a Economia dos setores populares,*

... o PACS viveu uma década de consolidação como fonte de consciência crítica, inovações e esperança.

ARROCHO E ENDIVIDAMENTO CRÍTICO

Com a quase-vitória do PT nas eleições presidenciais de 1989, a nossa sensação era de que o trabalho político e educativo que fazíamos – o PACS e os atores sociais com quem colaborávamos – estavam gerando consciência crítica, informação, conhecimento e disposição de luta pelos seus direitos e pela democracia. Mas o céu se encobriu com a onda neoliberal liderada por Fernando Collor. A Rio92 – a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, organizada pela ONU – foi um evento de grande importância por reconhecer finalmente o caráter estratégico dos temas relacionados com a Ecologia e o Desenvolvimento, coroando assim os esforços dos grupos sociais que atuavam no campo ecológico e econômico, entre eles o PACS.

O Instituto participou ativamente nas atividades sociais da Rio92, co-organizando a tenda sobre Dívida Externa e Desenvolvimento e colaborando na elaboração do Tratado sobre a Dívida Externa. Dedicamos energias na elaboração de estudos sobre a situação econômica, política e militar, na denúncia das privatizações e desnacionalizações da base produtiva e financeira do País, e na divulgação de nossas publicações. Focalizamos criticamente o modo de desenvolvimento relacionado com a globalização do capital, o endividamento público e a gestão do orçamento da União, a presença crescente do capital transnacional no país e no continente, e os acordos de livre comércio que prosperavam nessa década e ameaçavam sempre mais a soberania dos países do continente. Iniciamos um trabalho sistemático de elaboração de propostas de políticas alternativas nos diversos campos da vida do nosso povo, e também em escala continental e global.

O trabalho crítico do modo de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema do capital mundial levou-nos a três movimentos.

- a) *reforçar o trabalho de educação e assessoria com um ancoramento local mais forte, onde seria possível estimular práticas inovadoras pela via da autogestão e da solidariedade.*
- b) *optar pelo compromisso de colaborar no desenvolvimento de economias centradas no ser humano em harmonia com o meio natural, e de promover a transformação pessoal como dimensão essencial da luta pela transformação social.*
- c) *começar a trilhar o caminho de empoderamento das mulheres com relação a temas relacionados à economia política e o mundo do trabalho.*

Tornou-se evidente que era preciso superar a velha e persistente ilusão das esquerdas de que só conquistando o Estado é que seria possível fazer mudanças em benefício de todos. Esta ilusão havia acorrentado as esquerdas a colocar todas as suas energias na luta meramente reivindicativa e na busca de espaços na política institucional, deixando de lado a transformação econômico-social que cabia ao povo trabalhador protagonizar, e não ao Estado, ou com o apoio dele apenas. Além disso, desenvolvemos o conceito de desenvolvimento integral do ser humano, indivíduo e coletividade, sujeito de potenciais e atributos a desenvolver do nível pessoal até o global.

O espaço para a pesquisa, a elaboração de outra visão da globalização, das comunidades, da economia e da educação foi florescendo, e se concretizou no esforço coletivo – para o qual o PACS muito contribuiu – de construção de práticas econômicas fundadas na cooperação e motivadas pela atitude de respeito à diversidade e à pluralidade de caminhos, tendo como emoção básica a solidariedade. Articulamos-nos com movimentos cooperativos no Rio, noutros estados, na América Latina. Ajudamos a organizar encontros interligando práticas socioeconômicas inovadoras em vários níveis e países, e apontando para a organização de redes que dessem congruência nacional e internacional a este trabalho.

No campo social, além das assessorias ao movimento sindical e às pastorais, colaboramos na construção de movimentos de mulheres e no desenvolvimento da visão de uma economia feminista. Iniciamos um projeto de educação e de apoio organizativo a associações de moradores na Zona Oeste e animamos atividades ecológicas extracurriculares em escolas municipais do Rio de Janeiro.

DESENHANDO PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

O trabalho de pesquisa, dimensão indispensável da práxis educativa, levou-nos a focalizar o tema do Desenvolvimento como central para a exploração crítica dos fatores determinantes da pobreza e da miséria social, das desigualdades de renda e riqueza, e das diversas formas de opressão e alienação. E a crítica ao Desenvolvimento como é concebido e praticado no sistema dominado pelo mercado capitalista, como mero crescimento econômico por qualquer meio, voltado para o lucro e para o controle dos mercados, levou o PACS a consolidar seu compromisso de colaborar com as forças produtivas do Brasil e de outros países na construção de políticas e práticas alternativas de desenvolvimento, nas esferas micro, meso e macro.

Multiplicamos nossa colaboração com atores sociais, sindicais, religiosos, acadêmicos, midiáticos e políticos. As vitórias eleitorais de candidatos populares em inúmeros municípios e alguns estados, nessa década, abriram a possibilidade da pesquisa sobre novas formas de governança voltada para a verdadeira Democracia participativa, e a redefinição do papel da Sociedade e do Estado nessa perspectiva. Desde cedo elegemos a Zona Oeste do RJ como espaço privilegiado de trabalho social e educativo do PACS, por entendermos aquela região da cidade como fronteira de especulação imobiliária e de expansão da cidade, gerando conflitos socioambientais e aprofundando as desigualdades já tão gritantes naquela área. Aí conduzimos trabalhos de educação e reflexão crítica e inovadora junto a entidades populares, mulheres e entidades de ensino superior.

Nosso trabalho de educação e pesquisa sobre desenvolvimento seguiu alguns parâmetros que consideramos inovadores :

1 O conceito de Desenvolvimento como o trabalho consciente e crítico de criar condições favoráveis para que cada ser individual e coletivo faça desabrocharem potenciais, qualidades, talentos e recursos que lhe são próprios; e criar espaços de liberdade para que cada cidadã e cidadão, e suas comunidades e territórios, possam realizar este trabalho de forma eficaz e inovadora.

2 A crítica do Desenvolvimento no sistema do capital globalizado, que o identifica ilusoriamente com crescimento econômico ilimitado, esvaziando de sentido o termo desenvolvimento e reduzindo a dimensão econômica a fim, quando de fato ela é apenas meio para a realização de um sistema de relações socioeconômicas, políticas e culturais que garantam a partilha do poder, da riqueza e do saber, o bom viver e a felicidade de cada uma e de todas as cidadãs e cidadãos da sociedade humana.

3 O entendimento do Desenvolvimento Econômico como a aplicação de ciência e tecnologia aos processos produtivos com o objetivo de suprir as necessidades humanas de forma sempre mais eficiente, reduzindo a energia despendida e o tempo de trabalho necessário à garantia da sobrevivência e liberando o tempo para que seja usado no desenvolvimento dos potenciais superiores do Ser Humano. Isto significa que a ciência e a tecnologia devem ser objeto de planejamento, orientando-as para o atendimento das necessidades humanas e não ao lucro ou à concentração do controle de bens e recursos naturais, ou a um crescimento econômico que não leva em conta as verdadeiras necessidades humanas, os limites dos ecossistemas e os custos sociais nele implicados.

4 Reconhecendo o papel crucial dos ganhos da produtividade na liberação do tempo de trabalho necessário, o Desenvolvimento Econômico exige uma política que garanta a democratização daqueles ganhos, para que sirvam a todas e todos que participam da produção das riquezas. E isto só é obtido se se vincula o direito à propriedade e/ou à posse dos bens e recursos produtivos ao trabalho, e não ao capital. Algo que só economias baseadas na cooperação, na partilha e na solidariedade, são capazes.

5 A compreensão da Economia como apenas uma dimensão de toda instituição e atividade humana, cujo objetivo é servir ao Desenvolvimento sempre mais pleno dos potenciais da pessoa e dos coletivos sociais, em harmonia com o meio natural em que estão inseridos. Tal Economia não pode estar orientada para o lucro como fim, mas sim para gerar sempre mais eficientes e eficazes respostas às necessidades e aspirações humanas. Ela exige planejamento descentralizado e participativo do Desenvolvimento, e o envolvimento dos sujeitos sociais na implementação do plano.

6 A visão do Desenvolvimento como processo libertador dos potenciais de cada pessoa, comunidade e povo inclui uma dimensão política – a de tornar viável a Democracia enquanto modo de gestão dos bens comuns e das comunidades humanas fundado na partilha do poder de decisão e da responsabilidade pela implementação das políticas e das práticas de desenvolvimento, em harmonia com o meio natural.

7 A postura crítica e desconstrutora do papel do Estado, seja no capitalismo, seja nas experiências dos socialismos e comunismos ditos “reais”, – que quase sem exceção têm um cunho estatista, que esvazia de sentido os termos que as definem – implica também na construção de outra concepção de Estado como serviço ao bem comum, orquestrador da diversidade de uma sociedade que se auto-organiza e se governa, e garante da produção e da gestão da infraestrutura que transbordam o âmbito das comunidades e territórios locais e regionais que compõem a nação.

8 A visão positiva de uma Sociedade Humana que reconhece a complementaridade do que é diferente e diverso, e constrói unidades que respeitam e valorizam a diversidade, em vez de visarem a uniformidade e o pensamento único, conduz à valorização do ser humano enquanto indivíduo e, ao mesmo tempo, ser social, e à necessidade de instituições e modos de relação interpessoal e social que contemplem ambas as dimensões do ser complexo que somos.

9 A exigência da construção de Comunidades Intencionais, que sirvam como células que se empoderam para gerir o desenvolvimento do seu próprio território físico e social, em relação de complementaridade solidária com as outras comunidades intencionais e com os diversos órgãos que formam os grandes organismos que são os biomas, as nações e o Planeta Terra.

10 É no espaço das Comunidades Intencionais que se torna possível edificar uma Política baseada no respeito pelo que é comum e público, no serviço e na confiança. A partilha do poder a partir de Comunidades Intencionais é o diferencial do projeto de Socioeconomia Solidária em relação aos modos de organização social patriarcais, seja o capitalista, sejam os estatistas.

11 A visão positiva de um Estado acima definida, por um lado, garante o acesso das comunidades nos seus territórios à justa partilha e ao usufruto dos bens comuns, tendo em vista a vida de qualidade e a felicidade de cada um e de todos os seus membros; e, por outro, exerce o papel de orquestrador da diversidade socioeconômica e cultural de forma construtiva, que serve ao Desenvolvimento sempre mais pleno dos potenciais do todo social que ele representa, reduzindo ao máximo a dependência de recursos externos.

12 A práxis da Educação libertadora concebida como aquela que articula a transformação pessoal – ir sempre mais além no desenvolvimento dos potenciais do indivíduo – com a transformação social, que visa criar ambientes propícios ao Desenvolvimento dos potenciais das Pessoas, das Comunidades a que pertencem, e da Sociedade, que é o contexto relacional mais abrangente do existir humano.

DESTAQUES DOS ANOS 1990

• As pesquisas e publicações sobre as políticas de privatizações, de sobre-endividamento, de irresponsáveis acordos de ajuste com o FMI e o Banco Mundial, de aprofundamento das desigualdades de renda e riqueza, e de acordos de livre comércio prejudiciais à economia nacional e em franco conflito com a recém-promulgada Constituição.

• Articulações e pesquisas sobre o extrativismo mineral, focalizando a Vale do Rio Doce, e participando dos movimentos de oposição à sua privatização.

• Colaboração na criação da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos), da RBIFMS (Rede Brasileira sobre Instituições Financeiras Multilaterais) e das primeiras sementes do que viria a ser a Rede Jubileu.

• Visita de trabalho à Espanha para compartilhar visões e práticas de poder alternativas às do patriarcalismo dominante. Intenso aprendizado sobre cooperativismo e solidariedade.

• Co-organizamos o Encontro que criou o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro e fomos sua secretaria executiva durante alguns anos.

• Colaboramos no Encontro de movimentos cooperativos da América Latina e da Espanha em Montevideu, em 1996, onde iniciamos articulações para a realização do primeiro Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias, em 1998. Participaram pessoas da América Latina, Espanha e França, de várias idades, gêneros, etnias e setores de atividade. Dele saiu um documento propositivo, que incentivava cada país a organizar no seu território uma rede ou fórum nacional de socioeconomia solidária, articulando experiências até então dispersas e carentes de uma instância integradora. Em 2000, em Mendes (RJ), mais de 100 ativistas do cooperativismo e associativismo popular criamos a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

• A FPH, em Paris, nos convidou a participar de um novo programa de apoio e articulação de iniciativas econômicas baseadas na cooperação e na solidariedade. Iniciamos com a FPH um programa chamado ALOE - Aliança por uma Economia Responsável, Plural e Solidária. Participamos durante onze anos da equipe global de animação de ALOE, estimulando a criação de fóruns e redes nacionais e setoriais, e facilitando sua interconexão, coordenando estudos e publicações, e colaborando para viabilizar sua participação concertada nas várias edições do Fórum Social Mundial.

• Nossa participação no Simpósio sobre a Dívida Externa, organizada em 1998 pela CNBB, CONIC e Pastorais Sociais, que lançou a proposta da organização de um Tribunal Internacional sobre a Dívida Externa. O PACS colaborou na organização e no apoio profissional e logístico ao Tribunal Internacional, com base no trabalho crítico que já vinha realizando sobre dívida, ajuste e alternativas havia mais de dez anos. O Tribunal foi um grande êxito, pois levou a público a discussão sobre um fator crítico de crise e empobrecimento das economias endividadadas. Dele brotou a proposta de realização de um plebiscito popular sobre a dívida externa.

• No ano 2000 realizamos o Plebiscito Popular da Dívida, que reuniu mais de seis milhões de votos de 3.444 municípios de todo o país, sendo que mais de 95% votaram NÃO à manutenção do Acordo com o FMI, NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa sem uma auditoria, e NÃO à destinação de grande parte dos gastos do orçamento para os especuladores. A Campanha Jubileu Sul, que pouco depois se constituiu de forma permanente como Rede Jubileu Sul, organizou uma delegação de entidades populares, pastorais e de assessoria para levar os votos e a folha dos resultados a Brasília. Nós nos reunimos lá e entregamos as pilhas de votos ao Congresso Nacional e uma carta com os resultados do Plebiscito a cada um dos três Poderes da República.

• Iniciamos um Projeto de Mulheres, focalizando no mundo do trabalho das mulheres, criando bases para a reflexão e prática da economia feminista. Apos-tamos na fortalecimento da articulação em movimentos que lutam pela conquista desses direitos e contra as várias formas de discriminação, opressão e violência contra a mulher.

• Apoiamos a construção da Marcha Mundial de Mulheres no Brasil e na sua organização no Rio de Janeiro. Fomos parte da primeira ação global da MMM no Rio de Janeiro.

• Parceria com CEDAC, SAPÉ e, por um tempo, com a entidade Bento Rubião, no Projeto Educação para a Cidadania Ativa, na Zona Oeste, que adotou a Metodologia da Práxis para colaborar na formação de lideranças locais, e ajudá-las a preparar-se para defender seus direitos cidadãos de forma autogestionária. A dinâmica do Projeto deu origem ao Fórum de Cidadania Ativa. Combinou prática com teoria, envolvendo povo de comunidades e lideranças de Associações de Moradores, analisando juntas a situação local, os riscos de remoção forçada pela Prefeitura, e as ações de pressão em defesa dos seus direitos.

Seguimos colaborando nas atividades de educação para a cooperação internacional, na solidariedade do Fórum de Cooperativismo Popular do RJ e do

DESTAQUES DOS ANOS 1990

Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a Escola Sul da CUT e sindicatos independentes, como o de metalúrgicos de Campinas (SP), bancários e jornalistas do RJ, comissões pastorais, em particular a Pastoral Operária (PO), mas também a dos pescadores, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

No exterior, aprofundamos nossa colaboração participando de atividades de “Educação para o Desenvolvimento” de Trocaire, na Irlanda, durante 10 anos, na Inglaterra com Christian Aid durante 5 anos, na Escócia com SCIAF e na França com CCFD – Comissão Católica contra a Fome e pelo Desenvolvimento, fazendo giros para palestras, debates, seminários com educadores e com membros dos respectivos governos, e entrevistas midiáticas. Os temas eram Desenvolvimento e luta popular no Brasil e na América Latina; Dívida, Ajuste e Alternativas; Globalização e tendências da economia de mercado, Economia Solidária e Transição



Equipe de mulheres do Pacs no escritório da Rua Joaquim Silva. Foto de meados da década de 1990



As assembleias populares foram importantes estratégias de luta nos anos 2000

4. OS ANOS 2000: AVANÇOS E RECUOS NA LUTA POR JUSTIÇA, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

Cresce o sonho da integração latino-americana e o PACS não deixou de estar presente. Apostamos nas redes, nas lutas regionais, ao mesmo tempo em que o trabalho foi se aprofundando nos territórios emergentes.

A virada do século no fim do ano 2000 nos encontrou em plena luta pelo cancelamento da dívida externa dos países mais pobres. A economia global e brasileira estavam abaladas pela crise de insolvência de vários países em 1999, pela febril especulação financeira predatória que estava levando países à beira da bancarrota. Esta lamentável despedida do século 20 simbolizava o efetivo fracasso do sistema “de mercado” em satisfazer as necessidades materiais e imateriais dos povos da Terra de forma justa e equitativa. No Brasil, chegava ao fim a era FHC, deixando a economia em quase falência, o Estado empobrecido e sem recursos para realizar suas funções constitucionais. A indignação da maioria do povo se expressou na votação de Lula - mais de 52 milhões de votos – derrotando o debilitado candidato José Serra, do PSDB, partido de FHC.

Abriu-se, então, uma nova era de expectativas e possibilidades. Partidos de cunho popular venceram as eleições em países da América Latina, além do Brasil. Os EUA, inquietos com a perda de terreno no seu “quintal”, acentuaram suas atividades subversivas através da CIA, preparando e financiando golpes militares (como no Haiti, em 2004) ou institucionais (como a tentativa fracassada de

golpe na Venezuela, em 2002, o golpe de Honduras contra o Presidente Manuel Zelaya em 2009 e o do Paraguai contra o Presidente Fernando Lugo em 2012). Esta mudança na correlação de forças levou à articulação de propostas voltadas para a integração soberana da América do Sul e, a mais longo prazo, de todo o continente latino-americano mais o Caribe. O reforço ou a criação de instâncias integradoras, desde o Mercosul até a Unasul têm produzido resultados que fortalecem o desenvolvimento endógeno e soberano na região. O Banco do Sul, a ALBA-TCP (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos) e a unidade monetária Sucre iniciaram processos inovadores de financiamento do desenvolvimento, intercâmbio solidário entre países da região e sinalizaram para o potencial estratégico visando um processo de crescente autonomia financeira e comércio solidário da América Latina e Caribe. O PACS participou de atividades de colaboração com entidades e movimentos de países do continente, entre eles a Venezuela, o Equador, a Argentina e o Uruguai. Mais que todos, o empenho do PACS focalizou, em colaboração com a Rede Jubileu, o Haiti. Fomos, como parte da Rede Jubileu Sul, organizadores da delegação brasileira na primeira Missão de Solidariedade ao Haiti (2005). Desde 2004, ecoamos a luta pela soberania do povo haitiano e pela retirada das tropas.

O PACS, no caso do Brasil, não se iludiu com o novo governo em 2003, identificando os sinais de que as alianças visando a governabilidade do governo Lula iriam forçar o PT a abrir mão do seu programa de governo para adequar-se às principais prioridades das classes dominantes, sobretudo o setor financeiro e bancário. A nomeação do banqueiro Henrique Meireles, anunciada quando Lula ainda estava em Washington, negociando com o Presidente George W. Bush, foi o primeiro e eloquente sinal de que os grandes bancos teriam mão forte sobre o governo, e que Lula teria que trilhar caminhos de política econômica que fossem favoráveis aos interesses dos Estados Unidos e de suas megacorporações. Assim mesmo, abriram-se espaços importantes de disputa, que nossas redes procuraram ocupar.

O terremoto financeiro de 2007-08 era desastre anunciado. Já vínhamos tornando públicas nossa crítica ao atual sistema financeiro mundial, que ganhou hegemonia sobre a economia produtiva e desvirtuou de forma dramática a natureza e a razão de ser do dinheiro, transformando-o em mercadoria e desligando-o de qualquer lastro real. A especulação financeira tornou-se generalizada, e está na raiz da irresponsável e irracional concentração de renda e riqueza que prevalece no mundo e no Brasil. O PACS publicou estudos e ensaios, divulgados em palestras e seminários no Brasil e no exterior, explorando políticas e práticas

que apontam para o saneamento econômico-financeiro e a construção de um sistema pós-capitalista em que as finanças e o dinheiro sejam apenas meios para tornar viável o bom viver de todos e de cada um.

AUDITORIA DA DÍVIDA

Apesar dos mais de seis milhões de votos no Plebiscito da Dívida, seu impacto foi relativamente pequeno. O resultado político do Plebiscito Popular de 2000 foi a união das forças representativas da sociedade, mais do que qualquer mudança na política de endividamento pelo governo FHC e nas prioridades dos gastos no orçamento da União.

Aos poucos, a Campanha Jubileu se estendeu para outros continentes, e trabalhou na incidência sobre governos, credores privados e agências multilaterais, obtendo resultados na forma de cancelamentos pontuais de parcelas da dívida dos países mais pobres por países como a Noruega. Em 2003, já no governo federal, o PT mudou subitamente suas prioridades. Deixou enterrado o projeto de decreto legislativo de autoria do deputado José Dirceu [Acesse em <http://bit.ly/2e5IVqH>], instituindo um referendo sobre a auditoria da dívida pública e os acordos com o FMI. Lula não quis mais falar no assunto, mesmo sob pressão da Rede Jubileu e da Auditoria Cidadã.

Continuamos a pressão pela auditoria, mas ampliamos na Rede Jubileu o leque temático para incluir a presença de tropas da ONU no Haiti, a denúncia do golpe antidemocrático no Haiti em 2004, apoiado pela CIA, o tema da militarização e da criminalização dos movimentos populares. Nossas energias se voltaram também para uma nova ofensiva provinda do governo Clinton – o projeto ALCA (Aliança de Livre Comércio das Américas), que visava subordinar não somente o comércio, mas também os investimentos a uma política de desregulação e liberação dos movimentos de capitais em todas as Américas; e o projeto IIRSA, que canalizaria bilhões de dólares para a construção de uma infraestrutura continental para facilitar o escoamento dos recursos naturais da América Latina para o império do Norte, e para as outras regiões industrializadas do mundo.

A Rede também participou das articulações para a realização de um movimento amplamente mobilizador, as Assembleias Populares de 2004-5 e de 2008, chamadas “Mutirão por um Novo Brasil”. Consideramos este um dos movimentos populares mais relevantes das últimas décadas, não só pelo poder mobilizador e de amplo alcance, mas também pelo seu caráter propositivo. Este

movimento agregou mais de 250.000 pessoas em assembleias locais, na sua primeira etapa. O objetivo era elaborar um projeto do “Brasil que Queremos”. A série de assembleias descentralizadas foram coroadas com um encontro de 8 mil representantes de 40 movimentos populares do País. Sandra Quintela, do PACS, coordenou a Assembleia, ao lado de representantes das Pastorais Sociais, do Grito dos Excluídos e do MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra. O documento final desta grande assembleia foi lançado à imprensa e cópias foram levadas a representantes dos Três Poderes da República.

Infelizmente, o governo Lula efetivamente ignorou as propostas constantes do documento. Isto levou-nos a realizar outra Assembleia Popular em 2008, da qual saiu um documento ampliado, ainda mais profundo e inovador, mantendo o título anterior. Novamente, a substância do documento foi ignorada pelo governo liderado pelo PT, mas o ganho político da articulação popular para apresentar outro projeto de Brasil foi substancial!

AÇÕES CONTRA A ALCA E O EXTRATIVISMO IRRESPONSÁVEL

A Rede Jubileu, com ativa participação do PACS e diante do êxito do movimento que gerou o Plebiscito sobre a Dívida em 2000, adotou a mesma estratégia para enfrentar a ameaça a todo o continente latino-americano que era a ALCA (Aliança do Livre Comércio das Américas), ou seja, realizar outro Plebiscito Popular em 2002.

Desde sua origem, o PACS tem denunciado o “livre comércio” como um eufemismo; trata-se de liberdade para os capitais transnacionais de circular em todo o território continental, sem barreiras tarifárias nem regulações governamentais. A presença destes capitais, historicamente, tem tido meios para eliminar da competição empresas e comunidades locais e tornar-se oligopólicas ou monopólicas nos mercados em que atuam. O livre comércio na África desmantelou a produção local de têxteis, de carne e outros produtos, gerando empobrecimento e dependência. O livre comércio na ditadura de 1964 a 1985 franqueou a economia brasileira às transnacionais, que dominaram a produção e a exportação de inúmeros produtos, em particular matérias-primas e outros de maior valor agregado. A outra armadilha do projeto ALCA era incluir os investimentos no tratado de livre comércio, liberando assim os movimentos especulativos de capitais em todo o continente. Era preciso frear a ALCA a todo custo.

O Plebiscito mobilizou os movimentos populares de todo o País. Continha

três perguntas: sobre o acordo da ALCA, sobre se aprovavam a permanência do Brasil nas negociações, e sobre o uso da base de foguetes em Alcântara, no Maranhão, pelos Estados Unidos, ferindo a soberania do Brasil e prejudicando ainda mais as populações quilombolas habitantes daquele território. O Plebiscito obteve 10,15 milhões de votantes, 98% deles contra o Acordo com a ALCA, 96% pela retirada do Brasil das negociações da ALCA, e 99,3% contrários à cessão da base de Alcântara ao governo dos EUA. Todos estes eram temas pilotados pelo governo Cardoso. O Plebiscito criou um fato político importante, que terminou enfraquecendo o projeto da ALCA em todo o continente. O projeto ALCA não deslanchou, e os EUA retiraram o projeto da pauta e trataram de introduzir suas cláusulas nos tratados bilaterais. A Rede Jubileu saiu muito reforçada deste movimento. Ao mesmo tempo, surgia a iniciativa da Auditoria Cidadã da Dívida, primeiro dentro da Rede Jubileu, depois se tornando uma entidade independente.

Colaboramos na criação da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, atuando de forma concertada com entidades como Justiça nos Trilhos e Justiça Global, nos espaços local, nacional e internacional. O PACS, com a parceria da Fundação Rosa Luxemburgo, destacou companheiras para viajar à África para estudar as atividades da Vale em países de língua portuguesa (Moçambique e Angola), trocar informações com membros locais da Articulação e visitar comunidades de atingidos. Os relatórios destas viagens estão disponíveis no PACS. Também promovemos intercâmbios entre representantes dos atingidos, incluindo os da comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia (MA), com a parceria da Justiça nos Trilhos. Temos também colaborado em atividades sobre o extrativismo social e ambientalmente predatório do subsolo nos espaços do Fórum Social Mundial e nas atividades sociais em torno das Conferências do Clima. Nesses espaços, fazemos também parte da delegação da CIDSE, a rede internacional de agências católicas para o desenvolvimento

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O Fórum Social Mundial (FSM) surge como um espaço que agrega movimentos sociais e populares do mundo como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que se reúne anualmente em Davos, Suíça. A nossa presença nas edições anuais das redes em que o PACS participa foi ativa e ininterrupta. Valorizamos o FSM como o único espaço agregador da sociedade cívica do planeta, no contexto de uma economia globalizada e hegemônica pelas corporações transnacionais

e pelos países altamente industrializados. Os dois principais campos de atuação do PACS e das redes, um era de natureza macro político-econômica (a Dívida, a Auditoria, os Tratados de Livre Comércio e os de Integração Regional), e o outro era do campo das alternativas (o movimento de Economia Solidária).

No campo da Economia Solidária, o papel de ALOE (Aliança por uma Economia Responsável, Plural e Solidária) foi especialmente importante no estímulo à criação de redes e fóruns nacionais, e na sua articulação para que participassem no FSM. Na segunda edição, em 2002, nossas entidades, que animavam os eventos sobre o tema no Fórum Social Mundial, obtiveram do recém-eleito governo do PT o compromisso de criar uma política de apoio e uma Secretaria dedicada à Economia Solidária.

As entidades da sociedade civil iniciaram a construção do que veio a ser, em 2003, o FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Ele veio a ser o órgão gestor da relação dos movimentos de Economia Solidária com a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária – situada no Ministério do Trabalho e Emprego. Abriu-se então uma era de interação intensa entre sociedade e governo federal, que só foi interrompida 13 anos depois, com o golpe institucional que provocou o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff e instalou um governo golpista neoliberal, chefiado por Michel Temer.

ZONA OESTE: AVANÇOS

Na Zona Oeste, o trabalho do PACS contribuiu para que pequenas associações autogestionárias, sobretudo de mulheres, decidissem organizar-se em rede, com o nome de Rede de Economia Solidária da Zona Oeste. Este avanço organizativo estimulou principalmente a dinâmica de feiras solidárias e um trabalho de formação melhor articulado. Na década, o PACS também levou adiante o trabalho de formação com Mulheres, e o curso aberto sobre orçamento público e economia política com lideranças comunitárias.

Iniciamos o acompanhamento da construção da TKCSA (uma colusão de interesses da alemã ThyssenKrupp com a Vale), colaborando com as associações de pescadores da Baía de Sepetiba na luta contra a licença para a empresa construir usinas de produção de aço de baixo valor agregado às custas da destruição dos meios de trabalho e de subsistência de mais de 8.000 pescadores e suas famílias.

Este trabalho se complexificou, quando a empresa obteve o apoio dos governos municipal, estadual e federal. Ela iniciou a destruição de 9km² de

manguezais de proteção permanente, expulsou famílias camponesas da área e degradou o habitat de inúmeras espécies de peixes que eram a fonte de subsistência das colônias de pescadores da Baía de Sepetiba.

Nossa estratégia de apoio incluiu viagens de líderes de pescadores à Alemanha para apresentar a defesa dos seus direitos junto aos executivos na sede da empresa, ao Parlamento Alemão e Europeu, à mídia, ao grande sindicato do setor metalúrgico IG Metall, e a entidades sociais e igrejas. Também incluiu a formação das lideranças para o trabalho de incidência, a organização de audiências públicas, a pesquisa, em parceria com várias organizações, dos perversos efeitos sociais e ambientais da atividade produtiva da empresa; e a contínua divulgação de notícias aos meios de comunicação.



No contexto de uma cidade cada vez mercantilizada, o Pacs dirige sua mirada para o fortalecimento da organização das mulheres nos territórios

5. OS ANOS 2010: PACS AJUDA A PROMOVER A CIDADANIA ATIVA NOS ESPAÇOS LOCAIS, NACIONAIS E PLANETÁRIO

A segunda década do século XXI marca a explosão das redes sociais na internet. O Instituto PACS sempre acreditou nas conquistas que se fazem nas ruas e na luta cotidiana, por isso continua apostando nas conexões de redes construídas pelos laços de presença em espaços locais, nacionais e planetário

As atividades educativas e de assessoria mencionadas no item anterior fazem parte de uma política inovadora, que visa a construção de cidadãs e cidadãos ativos para ocupar espaços de ação edificadora de consciência e organização nas comunidades e entidades em que vivem e atuam.

Em 2009, colaboramos no Fórum Social Mundial, em Belém, com o Conselho Mundial de Igrejas sobre a nova crise financeira e políticas alternativas visando uma nova arquitetura financeira mundial. No fim da mesa redonda, a Dra. Lanh veio falar comigo, Marcos Arruda.

— Estou muito contente com sua palestra! Sou de Hanoi e trabalho com o empoderamento de comunidades indígenas no vale do Mekong. Desejo iniciar uma colaboração com o Instituto em que você trabalha. Mas não é o momento ainda. Vou guardar seu contato para voltar a procurá-lo oportunamente.

Seis anos depois a Dra. Lanh me procurou.

— Agora estamos prontos para aquela colaboração. Desejamos que o PACS seja nossa parceria na criação de uma colaboração com a organização de Hanoi, VN, SPERI na promoção de laços entre aldeias indígenas do Vale do Mekong e aldeias indígenas da Amazônia.

Este convite incluiu a participação do PACS na 4ª Conferência do Botão sobre Indicadores de Felicidade Interna Bruta e a visita a comunidades indígenas no Botão, Laos e Vietnam. Tudo isto está relatado no ensaio “Vivendo o Futuro no Presente”. Iniciamos a parceria com uma antropóloga da Universidade Federal do Acre, Mariana Ciavatta, e uma ex-consultora da UNESCO, Doris Helena Rojas, nativa da Colômbia.

Em anos recentes, também temos atuado no espaço da Rede Diálogos em Humanidade, cujo objetivo é construir uma nova Política e novos modelos de governança não patriarcal, informadas pela amizade, confiança e respeito à diversidade. Obviamente, o espaço em que este conceito de Política pode tornar-se prática são as comunidades intencionais. Ocupando territórios limitados e sendo compostas por apenas algumas dezenas de participantes, essas comunidades podem promover relações interpessoais de amizade e confiança, que se multiplicam mais tarde nas instâncias de representação mais abrangentes, desde Conselhos Municipais até Federais de Cidadania Ativa. Este é, de fato, um projeto de construção de Cidadania Ativa que se desenvolve do micro ao meso e ao macro, e que tem entre suas metas conquistar reconhecimento público e espaço para participar das decisões nas agências de governança locais, nacionais e globais. Compreendemos este como sendo um processo de construção de uma democracia política efetiva e eficaz.

CIDADANIA ATIVA

Como vimos acima, o PACS trabalha há pelo menos duas décadas com o conceito de Cidadania Ativa. Ele envolve consciência crítica e compromisso com a transformação pessoal e social. Trata-se da construção, objetiva e subjetiva, do próprio sujeito da verdadeira Democracia. Todo o trabalho educativo e de assessorias do PACS visam a promoção da Cidadania Ativa, sobretudo de mulheres e jovens das classes trabalhadoras.

Cidadã e cidadão consciente e ativo são uma força social capaz de atuar de forma autogestionária, autônoma e solidária fora do domínio do Estado. A

cultura patriarcal dominante, para o PACS, informa todo tipo de organização vertical, hierárquica e autoritária do poder político. O Estado, neste contexto, em vez de ser um espaço de gestão justa e responsável da Casa Comum, da Nação e de outros territórios, se torna uma instituição a serviço dos interesses das elites econômicas e políticas que o dominam.

A Democracia, reduzida à sua dimensão representativa, torna as eleições um exercício de dar aos eleitos um cheque em branco que lhes permite fazer o que serve aos seus interesses pessoais em nome dos seus eleitores, sem os controles e as regulações que os obriguem a servir aos interesses efetivos de quem os elegeu. Quando a Cidadania Ativa entra em cena, ela se apresenta como novo ator de poder político e cultural, capaz de influir nas decisões a partir dos interesses da maioria, que é constituída pelo conjunto dos setores sociais que vivem do seu trabalho e não de renda do capital.

O foco das atividades do PACS é contribuir para a constituição deste novo ator e desta nova atriz de poder, que se empodera para influir nas decisões e nos destinos da Nação e do Planeta mediante o desenvolvimento de sua capacidade de gerar unidades que respeitem a diversidade dos seus componentes, que são as diferentes comunidades, setores sociais, gêneros, etnias, territórios e biomas.

No caso das Mudanças Climáticas, por exemplo, além de participarmos do Fórum sobre Mudanças Climáticas e Justiça Social, estivemos presentes nos eventos sociais ligados às Conferências sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio92 -, de novo na Rio+1, na Rio+10 e na Rio+20, e nos eventos em torno da COP16-Cancun e da COP21-Paris. Na de Cancun, articulados com a rede Jubileu Sul, promovemos a denúncia da financeirização da natureza, participando da campanha Banco Mundial fora do Clima. Desde então temos produzido pesquisas e reflexões sobre o tema da economia verde. Na mais recente, em 2015, Marcos foi coautor do Juramento de Paris, “Cidadãs e Cidadãos do Povo da Terra: Construamos nosso Próprio Poder!”

É por isso que, além da atuação em redes e articulações nacionais e internacionais, o Instituto Pacs vem centrando esforços no trabalho nos e desde os territórios. Tem sido assim nas mobilizações contra a concessão de licença de operação à ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), em Santa Cruz, e no trabalho junto a grupos de mulheres na Baixada de Jacarepaguá, entre outras frentes de trabalho.

No contexto de uma cidade cada vez mais militarizada, negociada aos interesses dos megaeventos e de uma nefasta associação entre os poderes políticos e especulação imobiliária, torna-se indispensável a construção de alternativas e

resistências desde os territórios, o que requer maior articulação juntos a moradores, moradoras e movimentos articulados nesses espaços. Ajudamos a construir o Comitê Social do Pan, em função da realização do primeiro megaevento esportivo – os Jogos Pan-americanos em 2007 – do ciclo que se iniciava, que vai incluir os Jogos Militares Mundiais (2011), a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e finalmente as Olimpíadas em 2016.

Além do Comitê Social do Pan, estivemos lado a lado na articulação do Comitê Popular Copa e Olimpíadas do Rio e na fundação da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – ANCOP – composta por comitês das 12 cidades-sede do Mundial de futebol. Esses processos foram fundamentais no fortalecimento das comunidades impactadas e na visibilização dos impactos brutais desses eventos em muitas comunidades Brasil afora: remoções forçadas, perdas de direitos e dívidas públicas crescentes.

Nesses trinta anos, certamente muita coisa mudou no nosso trabalho cotidiano, mas nosso lugar no mundo permaneceu o mesmo: ao lado dos movimentos populares, das comunidades eclesiais de base, das organizações da sociedade civil que atuam de forma crítica e inovadora; dos coletivos de educação popular e economia solidária; de governos locais com opção democrática participativa; das mulheres, afrodescendentes e jovens.

Em tempos de angústia para quem luta por justiça social no Brasil, nós, que nascemos do processo de redemocratização, denunciemos toda forma de oportunismo, golpismo, entrega de nossos bens comuns, congelamento de investimentos em políticas públicas sociais e retrocessos nos direitos para trabalhadores e trabalhadoras.

Em sua origem grega, a palavra economia remete à ideia da “gestão da casa”. Juntas e juntos seguimos lutando pela transformação social dessa “casa comum” que é nosso planeta, continente, país e qualquer território em que convivemos, construindo comunidades intencionais em que vigore amizade, a confiança, o acolhimento da diversidade, e o bem viver.

Dedicamos nosso esforço de mudança do mundo a quem tem o direito de colher os frutos em seu trabalho diário, no campo e na cidade. Seguimos comprometidos com a ação transformadora, contribuindo todos os dias para a formação política e cidadã e para o empoderamento da classe trabalhadora.



A resistência no Rio de megaeventos e megaprojetos, na segunda década deste século, se faz nas ruas e na luta cotidiana



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Este livro pode ser utilizado, copiado, distribuído, exibido ou reproduzido em qualquer meio ou forma, seja mecânico, seja eletrônico, incluindo fotocópia, desde que não tenha objetivo comercial e sejam citadas as fontes, autores e autoras.

Este livro foi composto em Arno Pro, projetada por Robert Slimbach, e Oswald, projetada por Vernon Adams. A impressão, em papel Offset 90g, e o acabamento foram realizados pela gráfica Corbã.



REALIZAÇÃO



APOIO



FASTENOPFER



**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**